

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2009 - NÚMERO QUARENTA E QUATRO:-----

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, no Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Vanda Cristina Lopes Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, José Carlos Viegas Ferreirinha, Mário Manuel Pereira Peixinho e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, eram dezassete horas e quarenta minutos.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número cento e oitenta e quatro, datado de vinte e oito de Setembro de dois mil e nove, que acusa um saldo disponível de duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e quinze cêntimos.-----

ACTAS:-----

A Senhora Presidente da Câmara propôs que a apreciação e votação da acta, da reunião de câmara de 14 de Setembro de 2009, passasse para a próxima reunião e todos concordaram.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Vereador Mário Pereira tomou a palavra para questionar a Presidente sobre possíveis desenvolvimentos acerca da intervenção do Instituto da Segurança Social junto da Fundação José Relvas, quanto ao Contrato Local de Desenvolvimento Social.-----

De seguida, o Vereador questionou sobre o relatório que diz respeito à não participação da Câmara no projecto de elevação da Cultura Avieira a Património Municipal.-----

Outra questão levantada pelo Vereador diz respeito à alegada falta de pessoal auxiliar sobretudo no Jardim de Infância das Faias. Segundo o que disse saber houve já um dia ou outro em que só estava uma funcionária no Jardim de Infância das Faias, colocando em risco a possibilidade de reunir as condições mínimas para que a escola funcionasse.-----

Relativamente à primeira questão, a Presidente referiu que a informação que recebeu da parte do Instituto da Segurança Social é que este está a desenvolver todos os esforços no sentido de procurar junto da Fundação José Relvas que haja uma resposta adequada a este processo. A Fundação continua a alegar que os valores estão dentro do âmbito da legalidade, mas o que todos os parceiros do Núcleo Executivo afirmam é que não se trata de uma questão de legalidade mas de boa gestão, com o fim de se adequar os meios disponíveis às necessidades diagnosticadas. A Presidente reafirmou que o que a Autarquia pretende é ver o

programa implementado. A proposta da Presidente vai no sentido de aguardar as diligências da Segurança Social com a esperança de que na próxima Reunião de Câmara já se possa ter uma resposta definitiva e se possa deliberar convenientemente.-----

Quanto à questão da Cultura Avieira, a Presidente colocou à disposição dos vereadores o dossier com todos os dados e documentos sobre este assunto. Pelo que, após análise do mesmo, estarão reunidas as condições para discutir a recusa da Câmara em participar neste projecto.-----

Em relação à alegada falta de pessoal auxiliar, a Presidente afirmou que esse é um assunto que deve ser colocado à direcção da escola, uma vez que a escola discordou do plano de distribuição de pessoas elaborado pela Câmara e, nessa medida, e para que o ano pudesse arrancar com todas as condições reunidas, o Ministério da Educação disse à escola para que fosse esta a gerir as pessoas da forma que considerassem mais adequada. A Presidente disse que a Escola tem para gerir exactamente o mesmo número de pessoas que a Câmara tinha ao seu dispor e referiu ainda que também a Câmara tem de contar com faltas, com baixas, etc.-----

A Presidente concorda inteiramente, tendo em conta a idade das crianças e a própria estrutura do edifício, que o Jardim de Infância das Faias carece de um elevado número de funcionários para dar resposta a todas as necessidades. Em todo o caso, a Presidente não sabe o número de pessoas que estão ao serviço da Escola das Faias, já que essa é uma questão neste momento da inteira responsabilidade do Agrupamento de Escolas.-----

O Vereador Mário Pereira questionou a Presidente sobre o que é que a Autarquia podia fazer para colmatar esta falta de pessoal e assim ajudar o Agrupamento de Escolas neste problema.-----

A Presidente entende que a partir do momento em que a gestão dos recursos humanos é entregue ao Agrupamento de Escolas, a Câmara não deve interferir mais nesse processo. Acrescentando ainda que os recursos são exactamente os mesmos, já que a Câmara não desafectou ninguém da área da educação.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

VÁRIOS:-----

- Processo Disciplinar do Bombeiro João Manuel Dias Teodoro. Minuta de Decisão do Gabinete Jurídico. (Informação distribuída na reunião de Câmara de 14 de Setembro).-----

Deliberado por unanimidade concordar coma a minuta de decisão enviada pelo Gabinete Jurídico, que anula a pena de demissão. Notificar o Bombeiro conforme minuta de decisão.-----

OBRAS:-----

- BANIF – Procº de Loteamento nº 4/2008. Informação nº 220-A/2009 de 28 de Julho, do Serviço Técnico de Obras.-----

O Vereador Ferreirinha apresentou o estudo da área envolvente mas referiu que nada impede que se elabore um plano de pormenor para a referida zona.-----

O Vereador Ferreirinha referiu ainda que independentemente da envolvente os promotores devem cumprir a portaria.-----

Deliberado por unanimidade concordar que a portaria nº 216-B/2008 de 3 de Março, tem de ser cumprida independentemente do estudo da área envolvente.-----

- Modificação ao Orçamento – Alteração nº 12. Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara, datado de 21/09/09.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da senhora Presidente da Câmara exarado no documento em 21/09/2009.-----

- Modificação às GOP´S – Alteração nº 13. Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara, datado de 21/09/09.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da senhora Presidente da Câmara exarado no documento em 21/09/2009.-----

- Modificação ao Orçamento – Alteração nº 13. Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara, datado de 25/09/09.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da senhora Presidente da Câmara exarado no documento em 25/09/2009.-----

- Modificação às GOP´S – Alteração nº 14. Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara, datado de 25/09/09.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho, ratificar o despacho da senhora Presidente da Câmara exarado no documento em 25/09/2009.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou três assuntos a serem apreciados no período fora da Ordem do Dia, mas cujos documentos foram entregues aos Vereadores na véspera da reunião.-----

- Acordo de Colaboração entre a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. e o Município de Alpiarça.-----

Deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta de acordo de colaboração entre a ARH Tejo, I.P. e o Município de Alpiarça.-----

- Empreitada de Requalificação do Largo Vasco da Gama – Alpiarça – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde.-----

Deliberado por unanimidade aprovar o presente PSS.-----

- Construção do Centro Escolar de Alpiarça – 1º Ciclo do Ensino – Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões.-----

O Vereador Ferreirinha explicou que o solo deverá ser rebaixado para a cota de projecto e, uma vez que a câmara não tem condições para o fazer pois tem as máquinas ocupadas nas obras de rebaixamento das ruas Norton de Matos e São Martinho, no Frade Cima, com vista ao seu asfaltamento, propõe-se então que seja a empresa responsável pela obra e efectuar estes trabalhos.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a informação do S.T.O., datada de 28 de Setembro de 2009. Dar andamento ao assunto.-----

PERÍODO DO PÚBLICO:-----

Tomou a palavra a munícipe Luísa Mendes, reportando-se ao tempo em que exercia funções na Câmara Municipal enquanto funcionária, quando solicitou um “pedido de reembolso do abono de vencimento do exercício perdido por intervenções cirúrgicas e doença”, solicitação que até à data permanece sem resposta concreta, mesmo após várias diligências da requerente, quer junto do anterior Presidente da Câmara, quer junto da então Vereadora dos Recursos Humanos. Esta intervenção vai no sentido de novamente solicitar resposta ao seu pedido.-----

A Presidente afirmou que este não era o local próprio para tratar de assuntos da competência dos recursos humanos, demarcando-se da decisão da munícipe de trazer o assunto a Reunião de Câmara. Reforçou que este tipo de assunto tem sede própria e canais próprios onde deve ser abordado, devendo sempre respeitar o princípio da confidencialidade. A Presidente reconheceu, no entanto, que se trata de um assunto que se arrasta há algum tempo, muito embora esse tempo pudesse ser abreviado caso a Câmara tivesse respondido negativamente de imediato. Acontece que entretanto toda a conjuntura obrigou a Autarquia a fazer alguma contenção financeira durante estes anos, sobretudo na área dos recursos humanos, onde foram impostos limites de despesa. Pelo que a Autarquia teve de adaptar de forma responsável a gestão desses mesmos recursos. Para além do caso da Luísa, existem mais três requerimentos pendentes que careciam de adaptação à nova legislação em vigor, adaptação essa que não é fácil do ponto de vista jurídico. O que a Presidente tentou fazer foi encontrar uma solução que visasse não só o presente, como o passado e o futuro. Porque apesar das contenções a que estão obrigados, a Presidente considera que há de facto pessoas que não merecem ser penalizadas por esta conjuntura. Nessa medida, a Presidente anunciou que tem já há algum tempo preparada uma proposta para trazer à Câmara referente a situações presentes e futuras e que só não trouxe ainda precisamente devido à complexidade do processo jurídico. Acrescentou ainda que sempre disse à munícipe que o assunto iria ser resolvido e que a munícipe iria ter conhecimento da decisão logo que possível.-----

A munícipe Luísa Mendes reagiu lembrando que o pedido foi feito à Câmara pela primeira vez no dia 8 de Agosto de 2005, seguido de um outro no dia 14 de Maio de

2007 e de outro no dia 28 de Setembro de 2007. Não tendo obtido resposta, e visto a ex-funcionária ter sido transferida para a empresa Águas do Ribatejo com a promessa de resolução do assunto por parte da Presidente aquando desta transição, no 17 de Março de 2009 a munícipe fez novo requerimento. Continuando sem obter resposta por escrito, a ex-funcionária decidiu participar o caso à Assembleia Municipal, mas antes mesmo da realização da Assembleia recebeu uma chamada telefónica da Câmara Municipal, na pessoa da Chefe de Divisão, Dr^a Maria do Céu, perguntando-lhe o que a munícipe ia fazer à Assembleia quando o assunto dizia respeito à Autarquia, instando a munícipe a aguardar mais uma semana uma vez que iam ser pedidos mais pareceres, isto depois de andarem todos estes anos a adiar a decisão por estarem a aguardar pareceres. Na opinião da munícipe, já é tempo mais do que suficiente para ter uma resposta, por mais pareceres ou burocracias que se tenham de tolerar.-----

A Presidente escusou-se a comentar o caso da Assembleia Municipal, dado que a pessoa em causa não se encontrava presente. Em relação ao resto, a Presidente reafirmou que esse é um assunto que vai ser resolvido. Já em relação ao número de pareceres, a Presidente afirmou que essa é uma questão que diz respeito exclusivamente a quem decide, acrescentando que a munícipe tem todos os mecanismos que lhe assistem para fazer valer os seus direitos e as suas reivindicações. A Presidente declarou que não é esta uma matéria simples de resolver quando o que se pretende é definir regras, empenhando-se pessoalmente em que o assunto seja resolvido no sentido de só ter acesso ao reembolso quem dele efectivamente precisar. A Presidente refere-se a pessoas carenciadas, com fracos recursos financeiros, que devem ter o direito a ser ressarcidas em situações de doença prolongada ou intervenção cirúrgica.-----

A munícipe voltou a afirmar que não pretende que lhe paguem, tão só que lhe dêem uma resposta, que é um direito que lhe assiste.-----

A Presidente contrapôs dizendo que sobre o assunto reuniu várias vezes com a ex-funcionária da Autarquia. Para terminar, declarou que já foram pedidos vários pareceres e que outros ainda serão pedidos, mas que o assunto será resolvido.-----

Interveio em seguida o munícipe Manuel Costa, que se reportou a um caso que remonta a quatro anos e meio atrás, quando pela primeira vez o munícipe comunicou à Câmara um caso de obras ilegais.-----

Antes de avançar para mais pormenores, a Presidente questionou o munícipe sobre se, após última reunião com a Presidente, não tinha ficado marcada nova reunião com todos os intervenientes para tratar do assunto.-----

O munícipe respondeu negativamente, dizendo não ter tido conhecimento da marcação da referida reunião. Acrescentou que o Vereador Ferreirinha lhe tinha dito que a reunião seria na quarta-feira (um dia após esta reunião de Câmara), mas que não tinha tido confirmação nenhuma.-----

O Vereador Ferreirinha tomou a palavra para responder ao munícipe, dizendo que da última vez que reuniu com o munícipe ficou acordado que na próxima quarta-feira ficaria marcada uma reunião com os três intervenientes no caso, já que estariam presentes a jurista e o Eng. Portugal, pelo que se escusou de notificar o munícipe.-----

O munícipe queixou-se de não ter recebido notificação por escrito, ao contrário dos outros intervenientes.-----

O Vereador Ferreirinha justificou-se dizendo que notificou apenas os outros condóminos porque com o munícipe já tinha falado pessoalmente, tendo inclusive marcado a reunião a seu pedido. Desta forma, o Vereador tem esperança que se possa assim chegar a um consenso sobre este problema de obras ilegais.-----

O munícipe justificou a sua vinda à Reunião de Câmara como último recurso, já que há 4 anos e meio que tenta resolver a situação e nada acontece. No entanto, se está uma reunião marcada, comparecerá. Não quis terminar sem acrescentar que o problema é um problema de condóminos, mas despoletado por obras ilegais, as quais compete à Câmara demolir. O munícipe assegura que estão três famílias desavindas porque a Autarquia não teve a coragem de decidir. A título de exemplo de como a situação foi tratada pela Câmara, o munícipe leu dois documentos, ofícios emitidos pela Autarquia. O munícipe acusou o Vereador Ferreirinha de desconhecer muitos factos do processo e, nessa medida, estar impossibilitado de decidir correctamente.-----

A Presidente interrompeu o munícipe questionando-o sobre a ocorrência de uma reunião com os intervenientes na tentativa de resolver o problema. Após confirmação por parte do munícipe e assunção do não entendimento entre os intervenientes, a Presidente referiu que o munícipe estava a tentar fazer passar a ideia de que há mais de 4 anos que a Câmara não faz nada para tentar resolver este processo, quando a Câmara tem feito todos os esforços para que o problema seja solucionado, não tendo nunca conseguido reunir o consenso por parte dos intervenientes que nunca se entenderam.-----

O Senhor Manuel Costa referiu ainda que o que pretende é ter acesso ao espaço comum do condomínio e está impedido de lá entrar, pelo que entende que a Câmara deve resolver o problema das obras ilegais, tomando medidas de acordo com a lei. Referiu ainda que a câmara deveria tentar promover o entendimento entre os condóminos e que se isso não acontecesse então a Câmara deveria partir para a demolição.-----

O Munícipe falou também de um portão, ilegal, colocado no referido condomínio e referiu que as contra-ordenações aplicadas pela Autarquia não são iguais para todos, algumas nunca são pagas, concluiu.-----

A Presidente da Câmara perguntou se o Munícipe tinha, sobre este assunto, algum processo em tribunal, ao que o Senhor Manuel Costa respondeu que sim, pois como

a Câmara não lhe resolvia o problema teve de recorrer a outras instâncias.-----
A resolução do assunto ficou agendada para a reunião com os intervenientes a ter lugar no dia 30 de Setembro de 2009.-----
De seguida teve lugar a assinatura do Protocolo de Cooperação para a Reestruturação da Escola de Música da SFA, entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Sociedade Filarmónica Alpiarcense.-----
Intervenção do Sr. Pedro Pereira Carlos que veio, em nome dos trabalhadores da Planotejo, entregar um abaixo-assinado e pedir a compreensão do Executivo no sentido de haver possibilidade de chegar a acordo com o Administrador da Insolvência, com o fim de tentar arranjar alguma solução para o caso da Planotejo. O Sr. Pedro Carlos é da opinião de que chegou a altura de se sentarem à mesa e tentarem encontrar uma solução definitiva e extra judicial, principalmente agora que haverá novas eleições e o Sr. Pedro não tem a certeza de que o novo executivo se vá comprometer com esta questão. O Sr. Pedro terminou lamentando toda esta confusão que provocou o desemprego de muitos Alpiarcenses, que trabalhavam para esta empresa de construção civil.-----
A Presidente afirmou tratar-se de uma lamentação partilhada e aproveitou para dizer aos trabalhadores desta cooperativa que a Câmara Municipal respeita em absoluto o seu trabalho. Declarou que foi muito cruel, a determinado momento, ver na comunicação social as acusações constantes que eram feitas ao Município de Alpiarça que o diziam culpado do percurso menos bom da Planotejo. Realçou a assunção por parte do Sr. Pedro Carlos de que a dívida à Planotejo ascende a mais de um milhão de euros e lembrou que, se a Planotejo acusava a Câmara de lhe estar a dever, a Autarquia também acusava a Planotejo do mesmo. Em todo o caso, o valor que a Planotejo reclamava à Câmara era uma mínima parte do valor que o Sr. Pedro assumiu agora ser o total de dívidas de outras instituições em relação à Planotejo. Aproveitou ainda para dizer aos trabalhadores da Planotejo que se encontravam presentes que a sua idoneidade, a sua seriedade e a sua prestação para com a cooperativa foi sempre respeitada.-----
O Sr. Pedro Carlos tomou mais uma vez a palavra para esclarecer que nunca foi dito que a Câmara era a única responsável pelo afundamento da Planotejo, mas que a Câmara contribuiu de forma drástica. Acusou a Câmara de nunca ter querido estabelecer um plano de pagamentos como o fizeram outras autarquias. Por último o Sr. Pedro Carlos questionou o Executivo sobre o destino a dar ao terreno com que a Planotejo ficou no "loteamento do Fino", que foi permutado com outro terreno existente no Centro Cívico, referindo que o primeiro não serve para nada nem tem qualquer valor.-----
A Presidente interveio dizendo que, segundo percebeu, o Sr. Pedro veio à Reunião de Câmara para entregar uma petição que apelava à resolução por via extra-judicial da situação da Planotejo. A petição foi recebida e a será analisada.-----

O Sr. Pedro voltou a referir-se ao terreno no sentido de a Câmara analisar a questão para ver o que se pode fazer com ele de maneira a que a Planotejo não perca tudo.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Câmara, eram vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vera Cristina Saturnino Mateiro Garrotes, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----
